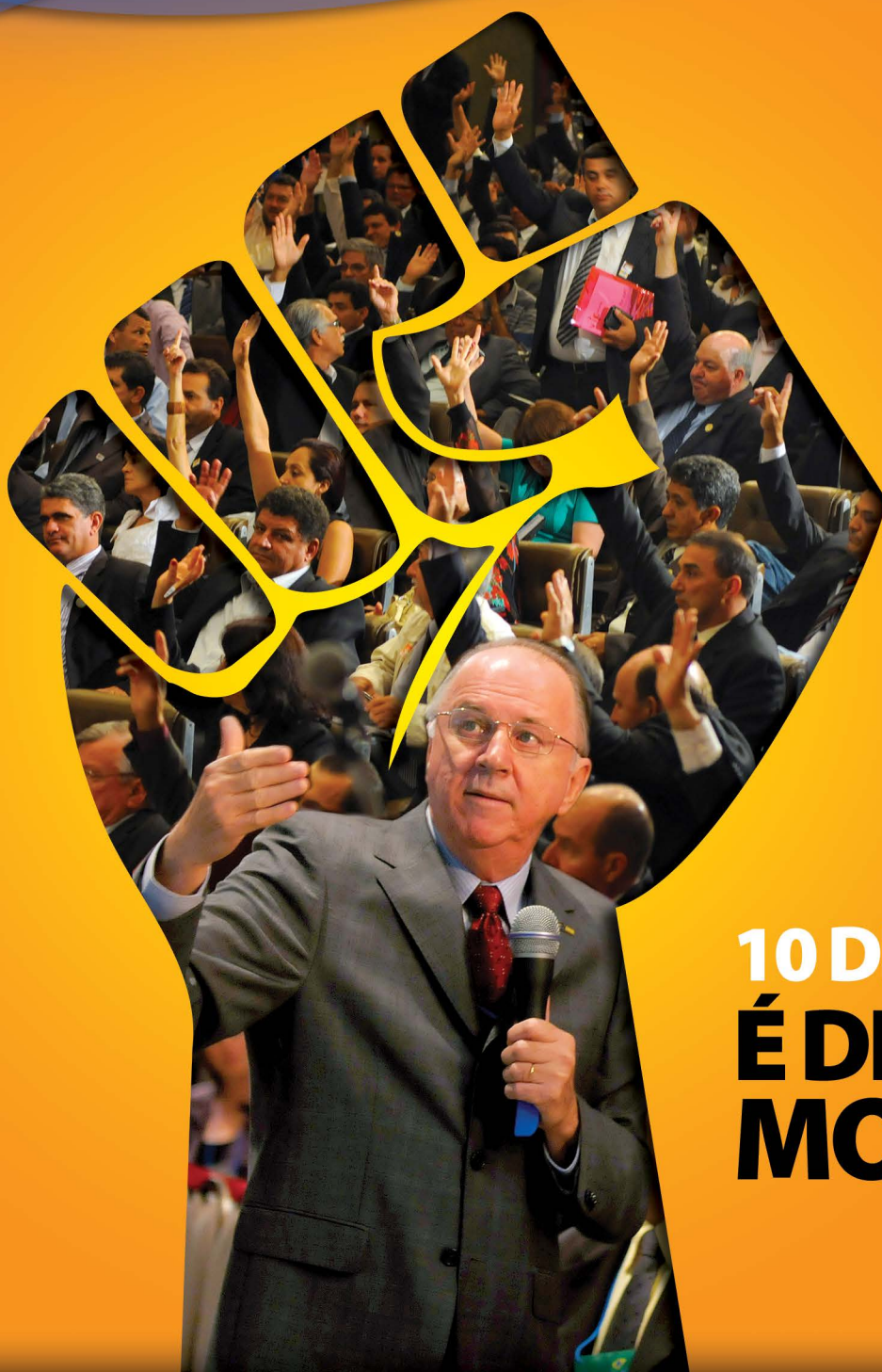


BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – setembro de 2012



10 DE OUTUBRO É DIA DE MOBILIZAÇÃO

Nesta edição:

- CNM sugere mudanças no Código Brasileiro de Trânsito
- Movimento municipalista programa quatro mobilizações
- Estudo da CNM mostra o cenário de crise dos Municípios

Mobilização

Presidente da CNM: relatórios comprovam

A redução da receita municipal, o aumento de responsabilidades e o não pagamento de Restos a Pagar, da União, devidos aos Municípios, são alguns fatores da crise econômica enfrentada pelas prefeituras neste final de mandato. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, apresentou à imprensa nacional e aos líderes do movimento municipalista dados que mostram como está a real situação. Para ele, o quadro é preocupante, e ainda pode piorar.

De acordo com Ziulkoski, além de a arrecadação municipal ser de R\$ 9 bilhões a menos este ano, os prefeitos gastam boa parte da sua receita com ações que são de responsabilidade dos governos estaduais e federal. “O rombo total deve ser de R\$ 24,8 bilhões, que é 6,8% da receita de R\$ 364 bilhões do previsto para os Municípios”, calculou Ziulkoski.

Ele também considera que outras medidas tomadas pelo governo, sem pensar nas prefeituras, complicam o quadro. “A fraca atividade econômica e a política de desoneração de impostos pioraram ainda mais a situação”, ponderou o presidente da CNM.

Ziulkoski demonstrou preocupação com o fechamento das contas e com o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), principalmente

no que se refere à obrigatoriedade de quitar os débitos e não deixar Restos a Pagar para a próxima administração. “O sinal vermelho está aceso para os atuais prefeitos neste final de gestão”, disse. Ele também lembrou: “em 2009, os prefeitos assumiram a gestão em momento de crise econômica mundial e muitos transferiram pendências para os anos seguintes, a fim de irem tocando a administração. Agora, isso não pode mais ser feito”.

Em período eleitoral e de encerramento do mandato, em decorrência da LRF e da legislação eleitoral, os prefeitos não podem ter as seguintes atitudes: fazer operações de crédito por antecipação da receita; editar ato que resulte no aumento da despesa com pessoal; receber novas transferências voluntárias; contratar operações de crédito, caso a despesa total com pessoal exceda o limite fixado no primeiro quadrimestre do ano; e contrair obrigação de despesa que não possa ser paga no exercício ou compensada por disponibilidade de caixa suficiente para o seu pagamento.

Segundo declarações do líder municipalista, menos recursos sempre causa o chamado “efeito dominó”. Por exemplo: a redução dos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) impacta no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Somente neste ano, o Fundo destinado ao financiamento da educação básica sofrerá perda em torno R\$ 17 bilhões, considerando apenas a contribuição de Estados e Municípios.

Financiamento da Educação - O Fundeb foi estimado no início do ano em R\$ 115,3 bilhões, com complementação da União. Por causa das reduções, o valor aluno/ano em cada Estado será recalculado. O que afeta também o valor da complementação da União. Ao todo, 1.755 Municípios – nos nove Estados que recebem os recursos do governo federal – terão a complementação do governo federal reduzida.

O principal repasse - A reestimativa de receita do FPM deste ano indica redução real de 1% – em relação a 2011. Pelos dados da entidade, o repasse do Fundo e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) serão R\$ 9 bilhões a menos em 2012. Isso por causa dos impactos de R\$ 6,9 bilhões de desaceleração da atividade econômica, de R\$ 1,5 bilhão de desonerações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de R\$ 595 milhões de redução das alíquotas da Cide.

“O que nos preocupa mais é que o cenário atual ainda vai piorar, pois setembro e outubro são meses de menor repasse de FPM”, disse Ziulkoski. Ele esclareceu que o Fundo é historicamente menor nesses meses em razão da sazonalidade.

Despesas de outras competências - Um projeto desenvolvido pela CNM em parceria com prefeituras dos quatro cantos do País – *Experiências Municipais* – tem mostrado o quanto os Municípios têm gastado com ações de responsabilidade da União e dos Estados. O estudo está em andamento.

Para Ziulkoski, a omissão dos demais governos com as suas obrigações é mais grave agora. Isso porque os prefeitos vêm assumindo ao longo dos anos responsabilidades que não são de sua competência. “São quase 11% da receita líquida das prefeituras



Ampliam a dimensão da crise dos Municípios



Ag. CNM

gastos com programas subfinanciados ou de responsabilidade da União e dos Estados. É quase a metade do FPM em um ano”, avaliou.

Restos a Pagar – A dificuldade para a conclusão de projetos iniciados, por causa do não repasse

de Restos a Pagar, também é um problema para o fechamento das contas neste final de gestão (*Veja um exemplo no box abaixo*).

“Os Municípios enfrentam um verdadeiro calote em relação aos convênios firmados com a

União para a realização de investimentos”, desabafa Ziulkoski. Acumula-se, hoje, no orçamento da União, sem pagamento, R\$ 18,72 bilhões de Restos a Pagar devidos aos Municípios. A CNM comprova que 40,5% dos casos são ações já iniciadas, empenhos realizados pelas prefeituras, em execução e que não podem ser cancelados. O valor total da dívida chega a R\$ 7,5 bilhões.

Outros – Os demais motivos que comprovam o grave quadro de crise econômica nos Municípios foram reunidos em um estudo da CNM. São eles: o real aumento do salário-mínimo, que causou impacto de R\$ 2,85 bilhões, e o reajuste do Piso Nacional do Magistério, cujo impacto é de R\$ 5,4 bilhões.

Pesquisa – Para identificar o tamanho do problema, a Confederação fez uma pesquisa de opinião com 4.773 prefeituras, ou 85,8% do total. A partir do levantamento, foi comprovado que 532 Municípios estão com salários atrasados; 19% não estão conseguindo pagar o Piso Nacional do Magistério; 80,2% tiveram impacto com o aumento do salário-mínimo nas suas despesas de pessoal; 47% tiveram problemas com os convênios celebrados com a União para a execução de obras e ou aquisição de equipamentos; e 66% poderão deixar restos a pagar no final deste exercício por conta do não pagamento por parte da União destes convênios.

Obras paralisadas causam desemprego e perda de credibilidade em Araripe (CE)

Desde a Marcha a Brasília, em maio deste ano, após o pedido do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, inúmeros prefeitos enviaram para a entidade fotos de obras inacabadas ou prontas que não foram pagas pelo governo federal. O resultado dos chamados Restos a Pagar é o que tanto preocupa os gestores, principalmente neste final de mandato.

Em Araripe, Município do interior do Ceará, por exemplo, o prefeito Germano Correia tem de lidar com a perda de credibilidade com a população e o desemprego por conta de obras paralisadas. Os empreendimentos, no valor aproximado de R\$ 30 milhões, são conveniados com os Ministérios das Cidades, dos Esportes, da Educação e da Saúde. Todos, segundo Germano, foram aprovados pelo governo federal, mas as verbas não constam na conta da Caixa Econômica Federal.

Como a contrapartida municipal não é suficiente para arcar com os pagamentos, as empresas começaram a diminuir o ritmo ou até mesmo paralisar as obras. Com isso, ocorreram demissões no setor da construção civil. Mais prejuízo ao Município. “Para os empreendedores, a responsabilidade das obras é totalmente do prefeito. Eu não tenho como respondê-los”.

Os relatos do prefeito de Araripe comprovam os problemas pelos quais os gestores municipais passam quando licitam obras, firmam contrato com empresas e não recebem os recursos do governo federal. Paulo Ziulkoski tem alertado sobre esses convênios e lamenta o desrespeito com as administrações municipais. “Temos de nos mobilizar para mostrar à população, principalmente neste final de mandato, que a culpa na maioria das vezes não está na prefeitura”, esclarece o presidente da CNM.



Ag. CNM

Finanças

Aumento da população muda valor de repasses do FPM

Estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) aponta que os Municípios do interior terão mudanças nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2013. Ao todo, serão 104 Municípios: 77 terão direito a uma maior fatia do Fundo no ano que vem e outros 27 receberão repasses menores no próximo ano.

O levantamento, feito com base nos dados da população brasileira, divulgados pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 31 de agosto, baliza o cálculo do FPM. As estimativas populacionais de 2012 apontam que houve um aumento de 3,1 milhões de habitantes na população brasileira.

O estudo da CNM foi realizado com 5.537 Municípios do interior do País que recebem o Fundo. A grande maioria, 5.433, manterá no ano que vem o mesmo repasse a que teve direito neste ano.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, confirma que a redução do FPM é um dos principais problemas para a gestão dos atuais prefeitos e dos futuros chefes dos Executivos municipais. “A variação dos repasses ocorre em razão do aumento ou da diminuição da população dos Municípios, já que o FPM é pago de acordo com faixas populacionais”, explica.

Ziulkoski ainda relembra que o coeficiente mínimo de repasse é para localidades com pouco mais de 10 mil habitantes, e a taxa máxima de repasse é para as cidades com mais de 156 mil moradores.

0 sobe e desce do FPM - A Bahia é o Estado com o maior número de mudanças, com o aumento de coeficiente em 10 Municípios: Aramarí, Belo Campo, Conceição do Jacuípe, Condeúba, Eunápolis, Jaguarari, Ribeirão do Largo, Teixeira de Freitas e Tremedal. Os 10 Municípios baianos que perdem são: Anagé, Aracatu, Baianópolis, Encru-

zilhada, Heliópolis, Ibicaraí, Itapitanga, Jitaúna, Mirante e Mucugê.

São Paulo é o segundo Estado com maior número de Municípios com aumento de coeficiente. São nove ao todo: Alumínio, Botucatu, Estiva Gerbi, Francisco Morato, Iacanga, Itu, Santa Cruz das Palmeiras, Tietê e Vargem Grande Paulista. O único Município paulista que perde é Dracena.

No Rio Grande do Sul, somente o Município de Marau ganha, e Sant’Ana do Livramento perde. Em Santa Catarina, Coronel Freitas e Quilombo perdem e Seara e Timbó ganham. No Estado do Paraná, somente três Municípios perdem: Mangueirinha, Planalto e Rio Bonito do Iguçu. No mesmo Estado, quem ganha é Cianorte, Santa Helena, Umuarama e Ventania. No Estado de Sergipe, Campo do Brito e Santa Luzia do Itanhhy ganham com as mudanças no coeficiente, já Arauá perde.

No Ceará, são três os Municípios que ganham: Paraibaba, Quixadá e Russas. No Rio Grande do Norte, Santana do Matos perde e Macaíba ganha. Em Roraima, Governador Jorge Teixeira perde.

Os Municípios que terão redução de coeficiente no Amazonas são: Tefé, Urucará e ganham Anori, Codajás e Manaquiri. No Maranhão, perde o coeficiente o Município de Governador Newton Bello, e, em Minas, Raul Soares. No Estado do Mato Grosso, perde Arenópolis e Jauru. Em Pernambuco, somente Flores (PE) sai perdendo nos repasses do FPM e Primavera, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama ganham com as mudanças.

IBGE - Ziulkoski chama a atenção dos prefeitos, pois os Municípios podem contestar a estimativa do IBGE com recurso administrativo para tentar garantir uma maior cota de repasse do Fundo. Os gestores devem apresentar as reclamações funda-

mentadas por meio de documentos comprobatórios sobre a população questionada. A data final para a resposta definitiva do IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU) é 31 de outubro de 2012.

De acordo com levantamento da CNM, aproximadamente 86 Municípios podem entrar com recursos, pois estão muito próximos das faixas de mudança do FPM, faltando apenas 150 habitantes.

Serão 27 municípios com redução de coeficiente e 77 com aumento. Veja a relação.

UF	Municípios do Interior			Total
	Ganha	Mantém	Perde	
AC		21		21
AM	3	56	2	61
AP		15		15
PA	5	137		142
RO	3	47	1	51
RR		14		14
TO		138		138
AL	1	100		101
BA	9	397	10	416
CE	3	180		183
MA	5	210	1	216
PB	3	219		222
PE	3	179	1	183
PI		223		223
RN	1	164	1	166
SE	2	71	1	74
ES		77		77
MG	6	845	1	852
RJ	5	86		91
SP	9	634	1	644
PR	4	391	3	398
RS	1	493	1	495
SC	2	288	2	292
GO	8	237		245
MS	2	75		77
MT	2	136	2	140
Total	77	5 433	27	5 537



Mobilização

Movimento municipalista prepara quatro mobilizações para este ano

Nos últimos três meses, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem recebido diariamente inúmeras ligações de prefeitos preocupados com a redução cada vez mais alarmante nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por esse motivo, a CNM, juntamente com as entidades estaduais, organiza quatro mobilizações municipalistas ainda neste ano.

A decisão de reunir os gestores municipais foi tomada pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e pelos demais dirigentes em reunião do Conselho Político da Confederação, no dia 5 de setembro. Eles querem mostrar ao governo federal, aos parlamentares e à população a crise na economia dos Municípios.

Os motivos, além do FPM, são as isenções fiscais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – que integra o FPM –; os Restos a Pagar de obras em andamento ou das conveniadas finalizadas e que não foram pagas pelo governo federal; o subfinanciamento de programas sociais e o impacto do piso salarial dos professores e do salário-mínimo.

Calendário das mobilizações – Um calendário para as mobilizações foi discutido entre os líderes do movimento municipalista. Quatro datas foram escolhidas estrategicamente. O primeiro evento está marcado para o dia 10 de outubro, no auditório Petrônio Portela do Senado

Federal, em Brasília. O segundo, no dia 9 de novembro, no âmbito dos Municípios. E os dois últimos nos dias 13 de novembro e 11 de dezembro, também na capital da República.

Para o dia 9 de novembro, o movimento espera repetir o histórico *Dia 23 de outubro*, quando, naquele dia, no ano de 2009, milhares de prefeitos reuniram, nos Municípios, representantes da sociedade, servidores públicos, entre eles professores e profissionais da saúde, para mostrar à população que a crise prejudicava a gestão e impedia novos investimentos.

Um vídeo e arquivos em áudio do presidente Paulo Ziulkoski com alertas e informações foram divulgados. As contas públicas foram expostas aos munícipes; rádios, TVs e mídias locais foram mobilizadas, algumas prefeituras fecharam as portas em sinal de protesto contra as inúmeras atribuições impostas aos Municípios sem qualquer auxílio técnico e financeiro. Marchas, cartazes e faixas compuseram um dia de reivindicações.

Paulo Ziulkoski, os presidentes e os demais representantes das estaduais ficaram responsáveis por convocar os gestores para essas mobilizações, com destaque para a do dia 9. “Devemos apresentar dados e estudos da CNM. Mobilizem os servidores e vamos mostrar o cenário insustentável das prefeituras neste final de mandato”, finalizou Ziulkoski.



Pref. de Araripe/CE

Pref. de Araripe/CE

Mobilização

Dirigentes de entidades estaduais analisam crise

Uma significativa diminuição nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) torna preocupante o final de mandato dos prefeitos à frente das mais de cinco mil prefeituras. “O governo federal faz bondade com chapéu alheio”, lamenta o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. A política anticíclica adotada pela União oferece isenções fiscais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que compõe o FPM, para amenizar a crise econômica. Para o presidente, o governo deveria fazer isto com os tributos federais.

Além dessas dificuldades, os gestores municipais ainda precisam arcar com o Piso Salarial dos Professores, que consome quase a totalidade – em

média 73% – dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ainda há os Restos a Pagar, que podem levar os prefeitos a responderem por ações de improbidade e finalizarem a gestão sem que sejam entregues obras que estão paralisadas ou mesmo prontas, mas que os recursos não foram repassados às prefeituras.

Os alertas dados por Ziulkoski são confirmados pelos presidentes e representantes das entidades estaduais. Em reunião do Conselho Político da Confederação, no início de setembro, eles relataram a situação dos Municípios de alguns Estados do País. Confira os depoimentos:



“Nós estamos vivendo esse sacrifício de ser prefeito e fazer as ações que a população exige. Temos de partir para o tudo ou nada e nos mobilizarmos após as eleições de outubro. Eu, por exemplo, não sei mais o que fazer para salvar as contas do meu Município.”

“O governo tem nos tratado com desrespeito. Individualmente e coletivamente. O que estamos passando é intolerável. Nós não somos respeitados nem por deputados e senadores. Essa é a lamentável verdade.”





Ivan Leite

Presidente da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames) e prefeito de Estância.

“Para mim, uma das principais preocupações é o fato de a população achar que os programas são financiados exclusivamente pelo governo federal, quando na prática os Municípios entram com uma importante contrapartida, às vezes de 70%, 80% dos recursos.”



Manoel Silvino

Presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM) e prefeito de Tocantínia.

“Estamos por décadas brigando pelas mesmas questões. Os prefeitos que vão chegar agora têm a esperança de que tudo será resolvido. Temos de nos mobilizar, porque, com a economia dos Municípios do jeito que está, não há mágico que consiga resolver.”



Ângelo Roncalli

Presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM-MG) e prefeito de São Gonçalo do Pará.

“A matemática é simples: se você diminui a arrecadação, e as obrigações são as mesmas, o cenário é de crise. Há ainda detalhes que devem ser levados em conta.”

“A dificuldade de arrecadação leva o prefeito ao desespero.”



Gilmar Alves

Presidente da Federação Goiana de Municípios (FMM) e prefeito de Quirinópolis.

Desenvolvimento Local

Avança a rede de agentes de desenvolvimento

Vanguarda para despertar o crescimento em cada ponto do País, a rede de agentes de desenvolvimento dá mais um passo em seu fortalecimento. Em outubro, terá o seu primeiro encontro regional. Será o da Região Sul, entre os dias 23 e 24, em Curitiba (PR). Em novembro, serão realizados o do Sudeste e o do Centro-Oeste, em Belo Horizonte (MG), e o do Norte e o do Nordeste, em Fortaleza (CE).

Nesses eventos, os cerca de 900 gestores públicos nomeados para essa função têm a oportunidade de aprofundar conhecimentos, dominar novos instrumentos de trabalho e trocar experiências.

A missão deles é a de promover o desenvolvimento econômico, tendo por base principalmente os pequenos negócios e a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Chamados "ADs", os agentes de desenvolvimento estão se popularizando nas comunidades, embora a legislação da qual eles nasceram seja recente. Surgiram com a sanção da lei, em dezembro de 2006. Desde então, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem promovido ações para capacitar os ADs, por meio de parcerias com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

A estratégia de seminários regionais como meio de tornar mais coesa e eficiente a rede foi lançada com o I Encontro Nacional, no fim de março, em Brasília. Naquela ocasião, ADs como José Ivo Jesus dos Santos, de Dom Eliseu (PA), tiveram uma mostra do valor do intercâmbio de vivências. José Ivo se surpreendeu ao ver que uma semente, símbolo do seu Estado, a castanha-do-pará, foi adotada por empreendedores de outra unidade da federação, o Mato Grosso. Estes não só dominaram o cultivo mas também produziram derivados que mesmo cidades paraenses ignoravam.

Da mesma forma, José Ivo espera o evento regional como uma boa vitrine para o resultado do trabalho de seus empreendedores locais. Eles têm tido muito o que comemorar, assim como a sociedade de um modo geral. Quando ele assumiu o posto de agente de desenvolvimento no Município de 51 mil



Agência Sebrae de Notícias

habitantes, havia 105 microempreendedores formalizados. Menos de dois anos depois, já são 470. São centenas de empresas tiradas da informalidade.

Um símbolo desse momento é a Sala do Empreendedor, inaugurada em Dom Eliseu no dia 19 de setembro. Com a merecida pompa.



Encontros Regionais de **Agentes de Desenvolvimento**

Desenvolvimento Social

Chapecó torna-se capital da indústria de móveis

O Município catarinense de Chapecó (SC) é considerado a capital da indústria de móveis. O setor moveleiro da região tem apresentado significativo crescimento em exportações e na geração de emprego e renda. A área movimentou mais de R\$ 20 milhões de dólares em exportações para mais de 15 países em 2012.

A região ainda é a primeira em número de empresas do Oeste de SC: são mais de 800, a terceira em número de empregos, a quarta na economia regional. É também responsável por 7 mil empregos diretos e 15 mil empregos indiretos, de acordo com os dados do Sindicato das Indústrias Madeiras, Moveleiras e Similares do Vale do Uruguai (Simovale).

As características gerais do Município conferem a Chapecó fundamental importância político-econômica no âmbito catarinense. É um dos centros polarizadores de serviços do oeste do Estado e de significativo destaque no panorama nacional.

Aproximadamente 85% do setor moveleiro do Município é formado por micro e pequenas empresas que estão no Simples.

Maior feira de móveis - O Município, também, possui a maior feira do setor do País, a Mercomóveis. As expectativas apontam para mais de 20 mil visitantes. O volume de negócios está estimado em R\$ 200 milhões. Dados da última edição, realizada em agosto de 2010, revelam volume de negócios de aproximadamente R\$ 150 milhões no mercado interno e US\$ 10 milhões no mercado externo. O evento contou com mais de 18.400 visitantes e mais de 150 expositores de todo o País.

Para impulsionar o setor, o Município criou um programa de desenvolvimento que deve ajudar os Municípios vizinhos da região Oeste de Santa Catarina. O secretário de Desenvolvimento Econômico de Chapecó, Diógenes Lang, afirma que o objetivo é criar oportunidades para a região e injetar investimen-

tos na indústria.

“Com a falta de oportunidades no campo e nos pequenos Municípios, os jovens, principalmente, são levados a migrar para os grandes centros urbanos em busca de melhores oportunidades. O resultado disso, além da redução de oportunidades de crescimento da região de origem, é uma série de problemas sociais, ambientais e de infraestrutura nos centros maiores”, conta o secretário.

Para Lang, é preciso fortalecer o espaço das indústrias moveleiras, pois elas podem crescer mais. Ele conta que o Município ainda mantém, em convê-

nió com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), uma escola de aprendizado de marcenaria. A grande maioria dos cursos é gratuita e voltada para a população carente do Município, com o objetivo de criar novas vagas de emprego e impulsionar o setor e a economia municipal. “Porque, ao ter mão de obra, o crescimento é maior e estável”, ensina.

Diógenes ainda cita que o Oeste Catarinense, de modo geral, é uma região dependente basicamente do agronegócio, mas que, agora, é a vez da indústria moveleira. “Precisamos de empreendimentos inovadores capazes de gerar desenvolvimento sustentável para melhorar a qualidade de vida da população rural e urbana, a prefeitura tem lutado para apoiar isso”, explica.

Sustentabilidade - De olho no futuro, o cuidado com o Meio Ambiente é outro diferencial de Chapecó e uma das inovações está voltada à sustentabilidade com o lançamento da ação “Ecoeficiência industrial”. A iniciativa consiste em disponibilizar espaço e motivar as empresas expositoras a apresentarem os casos voltados à preservação do Meio Ambiente. Mais de 200 mudas de árvores nativas e frutíferas já foram plantadas. O Plano de gerenciamento de resíduos e neutralização de CO² também prevê o destino correto dos materiais e a reciclagem durante a edição da feira.



Pref. de Chapecó

Sistema Nacional de Cultura agora é constitucional

Após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 416/2005 foi aprovada. A PEC, que tramitou no Senado como 34/2012, inclui na Constituição Federal de 1988 o Sistema Nacional de Cultura (SNC) idealizado para que a União, os Estados e os Municípios, juntos, possam valorizar e incentivar a Cultura no Brasil.

Semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS), o SNC é um modelo de políticas adotado pelos governos das três esferas para a gestão e o fomento da Cultura. Apesar de ter sido instituído na Lei 12.343/2012, o Sistema não era constitucional. Os parlamentares entenderam que deveria ser, e a PEC foi aprovada pela maioria.

Com o Sistema previsto na Constituição, é viável a adesão, avalia a Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade recomenda que os prefeitos procurem o Ministério da Cultura (MinC) para implantação do SNC. Para aqueles que não assinarem o acordo, a transferência de recursos destinados ao setor pode se tornar mais complexa.

A Confederação não é contrária a esse modelo de gestão, pois ele não impacta diretamente nas contas municipais. No entanto, aconselha os gestores a formarem estruturas leves, não onerosas. Essa é uma das atribuições contidas no SNC: a formação de um departamento organizacional especialmente para Cultura, com ao menos um servidor no papel de coordenador da área.

Após o termo de adesão ao Sistema, o prefeito precisa ainda apresentar um projeto à Câmara Municipal. Os vereadores devem aprovar o SNC no Muni-

cípio. Foi o que fez a prefeita de Boca do Acre, no Amazonas, Maria das Dores. Desde maio deste ano, a cidade possui um departamento de Cultura vinculado à Secretaria de Educação. Secretarias de Cultura até existem em grandes Municípios, mas não são obrigatórias.

Maria das Dores ainda não conseguiu captar verbas por meio do Sistema, mas espera que as próprias festas e demais eventos culturais do Município sejam custeados com recursos do governo federal. "Com o Sistema vou poder estruturar melhor o setor e não precisarei mais retirar dinheiro de outras áreas", afirma.

A prefeita espera a ajuda financeira do SNC para investir no artesanato indígena, entre outros segmentos. "O que eu puder desenvolver para aumentar a renda da população será feito", diz. A gestora almeja usar os recursos para oferecer aos cidadãos cursos de pintura, costura e reciclagem. "Atualmente, a prefeitura só dá conta da folha de pagamento do funcionalismo e investimentos na Educação", lamenta.

Mais de 1.170 Municípios e 22 Estados aderiram, até esta data, ao SNC, quando ele ainda era apenas uma parte do Plano Nacional de Cultura (PNC).

Apesar da constitucionalização do Sistema Nacional de Cultura, a CNM lamenta que ainda haja falta de políticas públicas da União e dos Estados em relação à Cultura. Para a entidade, os prefeitos que assinaram o acordo de adesão ao SNC devem cobrar a disposição de recursos para alavancar o Sistema e fazer valer a decisão dos congressistas.

Sancionada repactuação de dívidas previdenciárias e ajuda a agricultores

Emenda sugerida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) à Medida Provisória (MP) 565/2012, que trata do adiamento das dívidas municipais com a Previdência, foi sancionada. Na forma da Lei 12.716/2012, o texto prevê também ajuda aos agricultores de Municípios em Situação de Emergência. A lei foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 24 de setembro.

O parcelamento dos débitos está previsto no artigo 10º da Lei. Esse item é oriundo de uma emenda sugerida pela CNM quando a MP tramitava no Senado Federal. Segundo o texto, as parcelas das dívidas poderão ser suspensas temporariamente em lugares onde a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública forem reconhecidos pelo governo federal. Os recursos racionados deverão ser empregados no auxílio às vítimas de desastres naturais.

Apesar da ajuda aos Municípios das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a CNM lamenta o veto da presidente Dilma Rousseff que previa os benefícios para o Sul do país. Essa Região também passou por problemas climáticos em 2012. O veto foi à emenda 14 da Medida, apresentada pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC). Em mensagem, a Presidência explicou que os Municípios do Sul receberam recursos por meio de portarias ministeriais em datas anteriores.

Na quinta-feira, dia 20, a CNM havia protocolado um ofício na Presidência da República onde pedia a sanção da MP 565/2012. No documento a Confederação alertou para a necessidade de estender o benefício à Região Sul e falou da importância da Medida para os gestores neste momento de crise.

Educação

Educadores transformam escola municipal em modelo de ensino

Ir à escola pode parecer chato para muitos adolescentes. Passar o dia inteiro no colégio pode até parecer um castigo. Mas não é o que prova o modelo de ensino em tempo integral implantado por uma escola municipal de São José dos Campos (SP).

A escola municipal, que leva o nome de Professora Rosa Tomita, conseguiu quase dobrar sua média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Quando foi criada, em 2004, a escola foi considerada a pior do Município. Sua nota no Ideb foi a mais baixa entre todas as escolas municipais. Hoje, o nível de aprendizagem passou de 3,9, em 2005, para 6,2, em 2011, entre os alunos do 5º ano. E de 2,7 para 4,9 dos alunos do 9º ano. As duas notas ficaram acima das metas do Ministério da Educação (MEC).

A escola municipal nasceu em um bairro que foi fruto de um processo de desfavelização. No começo, o bairro era perigoso e a população enfrentou dificuldades como a violência e as drogas. A situação de vulnerabilidade social se refletiu na escola. Os alunos tinham dificuldade na aprendizagem de leitura, escrita e cálculo.

Um projeto implementado em 2005 começou a transformar a escola e o bairro. A escola investiu em leitura, na capacitação dos professores, em atividades extracurriculares e principalmente na aproximação de pais e alunos com os professores.

A prefeitura estabeleceu diversas parcerias entre as secretarias de Esporte, Desenvolvimento Social, Habitação e Saúde para atender melhor aos alunos e à população.

Mas a principal mudança ocorreu com a promoção de ações educativas

complementares e a adoção do sistema de ensino integral. “O projeto contribuiu para melhorar o comportamento dos alunos e isso tem refletido na melhora da educação”, disse o diretor da escola Valdir Cassiano Pereira. Há cinco anos, ele dirige o Rosa Tomita, que hoje conta com cerca de 630 alunos do 1º ao 9º ano. Ele completa que a escola também melhorou a situação do bairro. “Ela é aberta aos finais de semana para a comunidade com atividades esportivas e culturais”, relata.

Mostra cultural – Para fechar o ano letivo, os alunos ainda participam de uma mostra cultural que acontece todo ano na escola. O diretor explica que a mostra envolve todas as disciplinas e reúne o trabalho desenvolvido durante o ano. Este ano o foco da mostra foi a leitura. Os alunos também trabalharam o tema da reciclagem. A festa foi encerrada com uma apresentação de bonecos confeccionados pelos alunos.

Exemplo – De lá para cá, outras escolas no Município passaram a ter educação integral, que atende a alunos que cursam do quarto ao sétimo ano e oferece uma educação diversificada. As escolas realizam atividades relacionadas às áreas de Linguagem e Comunicação, Ciências, Empreendedorismo, Arte e outros temas. Mais de 2.700 crianças estão sendo beneficiadas pelo ensino integral em São José dos Campos.

O objetivo da prefeitura é que todas as escolas municipais passem a funcionar gradativamente em tempo integral.

Ensino em tempo integral impulsiona Tocantins nas Olimpíadas Escolares

Outro exemplo de sucesso do uso do ensino em tempo integral vem do Estado de Tocantins. Na capital, Palmas, 12 instituições municipais mantêm seus alunos ativos das 8h às 17h, com diversos cursos extracurriculares, como atividades esportivas, aulas de música, de línguas, entre outras opções.

Pioneira do projeto em Tocantins, que conta com quatro unidades padrão, com 1.200 a 1.400 alunos em cada, a Escola Municipal em Tempo Integral Padre Josimo Tavares está sendo representada por sua equipe de basquete nas Olimpíadas Escolares. Depois de estreiar com vitória em Poços de Caldas (MG), a instituição derrotou a Escola Estadual Olímpio João Pissinati Guerra, de Sinop (MT), por 52 a 47.



Fotos: Escola Rosa Tomita

Trânsito e Mobilidade

Debates e parceria buscam reduzir números de acidentes

Mais de 153 mil vítimas de acidentes de trânsito foram internadas em hospitais da rede pública, o que custou R\$ 200 milhões aos cofres públicos, em 2011. Até junho deste ano, foram registradas 65.843 internações pelo mesmo motivo. Os dados são do Ministério da Saúde, os quais comprovam que o Brasil passa por uma epidemia de acidentes de trânsito. E as principais vítimas fatais são os motociclistas.

Durante o final de agosto e neste mês de setembro, a problemática foi um tema destaque na Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade, que está acompanhando as deliberações que envolvem o setor, promoveu reunião com representante da Associação Nacional dos Motociclistas Profissionais e participou de debate sobre o tema no Congresso Nacional.

A CNM aconselha que os Municípios regulamentem a atividade de mototáxi e motofrete. Serviços de transporte de passageiros, de mercadorias ou comunitário de rua. A orientação da entidade é que, a partir da regulamentação, os gestores municipais incentivem o cumprimento das condições de segurança dos equipamentos e da capacitação dos condutores.

Cumprimento da legislação – As profissões foram regulamentadas pela Lei 12.009/2009, mas os Municípios devem especificar as normas de atuação e fiscalização dos profissionais e o trabalho deles para promover segurança. Com objetivo de incentivar o cumprimento da legislação e reduzir os índices de acidentes graves, a CNM e a Associação Nacional dos Motociclistas Profissionais firmaram parceria de cooperação. A parceria foi assinada pelo presidente da Associação, Daniel

Ganda, em Brasília.

Já no Seminário de Políticas para o Trânsito Seguro de Motos, promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, a CNM destacou a Legislação de Trânsito. Para a Confederação, o texto do Código Brasileiro de Trânsito (CTB) deve ser revisto, pois se constituiu em excesso de norma cujo cumprimento não é fiscalizado. Neste aspecto, a entidade propõe transferir aos Estados o licenciamento e o registro de ciclomotores – veículos de duas rodas com até 50 cilindradas – que o Código transferiu aos Municípios.

Além disso, a CNM fez outras ponderações, como:

- implementação do Plano Nacional de Segurança no Trânsito, elaborado no ano passado e ainda não executado pelo governo federal;
- concentração de recursos no governo federal, que recebe mais de R\$ 1 milhão do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset) e não investe, deixando-o em caixa único;
- adoção de nova sistemática para os processos de habilitação de motociclistas. Para a Confederação, é preciso reforçar treinamentos de pilotagem defensiva e tornar mais efetivas as reciclagens para condutores que cometeram infrações; e
- ineficiente fiscalização. A CNM avalia que a formação dos condutores, com apenas 30h de aula é insuficiente e não há aula prática nas vias públicas.

Recursos para ações de prevenção –

Ainda em setembro, uma portaria que prevê recursos para promover ações que reduzam mortes por acidentes e violência no trânsito foi publicada



Secret. Saúde/Gov. Alagoas



Renato Araujo/ABR

no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com o texto, foram autorizados R\$ 12,875 milhões do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde para o Projeto Vida no Trânsito.

Os recursos serão repassados aos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para continuidade, ampliação e sustentabilidade de ações. No entanto, a portaria estabelece critérios de distribuição. São eles: para Capitais de Estados com menos de 500 mil habitantes, serão repassados R\$ 175 mil; para as de 500 mil a um milhão de habitantes, serão destinados R\$ 200 mil; e para as que têm acima de um milhão de habitantes, serão destinados R\$ 250 mil.

A CNM avalia que a verba é insignificante em relação à demanda, o projeto excluiu a maioria dos Municípios do País. A entidade destaca os custos dos acidentes de trânsito. Um estudo do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) estima que são gastos por ano com acidentes em estradas mais de R\$ 22 bilhões, em média 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB).